

A fome dos candidatos

LUIZ CARLOS LISBOA



O presidente da República a ser eleito em novembro para governar o País nos próximos quatro anos terá pela frente os maiores problemas que um governante brasileiro provavelmente já conheceu. E, para resolvê-los, não

vai dispor de uma décima parte dos poderes que presidentes anteriores tiveram. Durante o mandato, as pressões que receberá serão de tal ordem, e sua falta de meios para agir nos desafios será tão patente, que tudo vai lhe dar a impressão de estar num campo de batalha, metido numa pesada armadura que lhe impede os movimentos, com aberturas suficientes para que receba de fora golpes mortais. Apesar dessas previsões fáceis, são inúmeros os candidatos a candidato, grandes as esperanças de alguns e aguda a ansiedade de todos para chegar ao cume do poder público no Brasil. Por quê?

Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Melo, Orestes Quêrcia, Jânio Quadros, Aureliano Chaves, Roberto Freire, Ronaldo Caiado, Afif Domingos, Mário Covas, Paulo Maluf e Íris Rezende são os mais conhecidos entre esses senhores. Eles todos sabem perfeitamente que, se seus esforços pessoais não forem suficientes, o destino pode fazer com eles o que fez com a Luíza Erundina em São Paulo, levando-os nas asas de um capricho, uma vindicta pública ou um ressentimento, até as aparentes delícias do poder mais elevado.

A idéia de ser um monarca por quatro anos é irresistível para alguns temperamentos, seja porque eles se julgam de fato chamados para interferir na História, seja porque neste país "tudo cai do céu quando se ousa bastante". Mas esses sonhos de glória que as crianças mimadas (as ricas, como as pobres) alimentam teimosamente na vida adulta, como conta Sartre em As Palavras, no Brasil de hoje são um anacronismo, porque a monarquia presidencialista que durou até há pouco não existe

mais, em parte e por acaso graças a uma Constituição que produziu um regime hermafrodita no País. O elenco das atribuições do presidente da República foi aparentemente conservado, mas, na verdade, houve nele uma poda radical, tão profunda que pouco restou do presidencialismo antigo, com um disfarçado parlamentarismo sendo instituído. Os espertos e às vezes confusos constituintes fizeram uma Carta estranhamente casuística, como não existe outra igual no mundo. Estudiosos estrangeiros de Direito Constitucional, diante do espécime extraordinário produzido no Brasil, ligam seus microscópios, escrevem relatórios, convocam juntas científicas, e não chegam a qualquer conclusão sobre a grande anomalia.

A nova Constituição brasileira extirpou os braços ao seu andróide porque ela o queria "moderno". Temos assim um Frankenstein contemporâneo, progressista, bonitão, mas com aquela patologia que um observador isento chamaria de aleijadão. Ao presidente foram tirados poderes que são comuns no regime presidencialista, quando se pretende permitir o funcionamento do regime. Quando o que se deseja é a disfunção, o impasse, então é preciso dar atributos contraditórios à criatura, aguçando seu Eros e seu Tánatos, somando menos e mais em quantidades iguais, de modo a produzir um expressivo zero.

Se o presidente Sarney precisava ser contido, como pensavam alguns constituintes que evidentemente também precisavam ser contidos, essa é outra história. A nova Carta devia ter sido feita para o futuro, para o País, para a nossa realidade e as nossas necessidades, não visando questões imediatas, disputas de arrabalde, chantagens e benéficos. Mas prevaleceu a política menor, como vem acontecendo há muito tempo entre nós, com a fisiologia e o cinismo que os governos que se seguiram a 1964 não puderam nem quiseram conter, e que de fato exacerbaram por burrice e incompetência, preocupados com perseguições políticas e bobagens nacionalistas que nenhum governo respeitável no mundo acata mais.

Os srs. Lula, Brizola, Collor, Jânio, Quêrcia, Aureliano e outros insistem nas respectivas candidatu-

ras e talvez até morram por elas por que sabem (ou pensam) que elas são compensadoras de algum modo, ainda que por motivos patrióticos, se eles quiserem. Um presidente limitado, tolhido, esmagado por outro poder que não faz e não deixa fazer, é menos que um pequeno funcionário público de repartição municipal. Só que a Presidência da República (mesmo a decorativa, da qual nada se espera e na qual ninguém acredita) faz de seu titular um personagem histórico, cercando-o do prestígio e do renome que é a seiva do político que todos estamos cansados de conhecer no Brasil, e do qual no fundo todos querem se livrar. A transferência, pela Constituição, das deliberações em matéria financeira que cabiam à Presidência, esvaziou ainda mais as últimas possibilidades do presidente fazer alguma coisa decisiva pela felicidade dos seus eleitores, ou dos cidadãos em geral.

Por que desejar a Presidência da República no Brasil, hoje em dia? Qual a razão dessa fome e dessa ambição? Quem sabe a resposta não fala, quem fala nem sempre sabe a resposta.

A Câmara dos Deputados pode, hoje mais facilmente, autorizar instauração de processo contra o presidente de República. O Senado processa e julga o presidente nos crimes de responsabilidade, e a condenação ocorre com maioria qualificada da Casa. O presidente está contido, amarrado e feliz em seu palácio, e até certo ponto é bom que seja assim: o que não entende é que esse parlamentarismo não seja logo assumido e negue o nome que tem. E principalmente, é impossível entender, sem que se façam graves acusações ou horribéis suposições, que um punhado de homens públicos e políticos profissionais brasileiros insistam tanto em disputar tão pouca coisa, e aceitem afinal exercer um cargo que um manequim elegante poderia cumprir satisfatoriamente.

Será que é só isso que se busca em política, no Brasil? Será que essas limitações e esses ridículos todos não afugentaram, talvez definitivamente, as verdadeiras vocações de homem público de que carece o País? A esperança é que o tempo deixe tudo isso cada dia mais claro.

Luiz Carlos Lisboa é escritor e jornalista.